A Esquerda, a América Latina e as Inferências para com os Estados Unidos: as Tendências Recentes e os Prospectos Futuros para o Capitalismo Democrático

EUEL ELLIOTT, *PHD*
MARÍA ELENA LABASTIDA TOVAR, *PHD*

OS ESTUDIOSOS interessados na América Latina, bem como a imprensa tentam descrever e explicar um "movimento à esquerda" em sua política.[1] Este documento volta a examinar algumas polêmicas, levando em consideração acontecimentos atuais que oferecem certo estímulo aos defensores do capitalismo democrático.[2] Possui inferências possivelmente decisivas para os Estados Unidos e seus interesses na região.

Iniciamos com uma descrição de recentes tendências políticas, históricas e contemporâneas em sete países principais da América Latina (em ordem alfabética: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela). Representam as posturas cruciais, incorporando tanto os câmbios democráticos em direção à esquerda quanto as tendências opostas, rumo à direita democrática.

Combinamos a discussão de amplas tendências políticas, empregando o Latinobarômetro e outros dados de pesquisa, analisando a opinião pública nesses sete países, relacionada à atitudes para com a democracia, mercados e capitalismo. Examinamos essas trajetórias e os pontos de vista populares comparando-os aos interesses econômicos, políticos e de segurança dos E.U.A. na região.

O Panorama de Evoluções Políticas Recentes

Tudo o que os defensores do mercado livre, princípios de governo limitado e do estado de direito podiam fazer era observar com angústia a política na América Latina durante o período de 1998-2008, em que os partidos e candidatos da esquerda começaram a ganhar, um após o outro.

Essas vitórias, na maioria, pareciam rejeitar o denominado "Consenso de Washington". A formulação de diretrizes na década de 80 foi uma chamada radical à privatização, eliminação de regulamentos governamentais e de diretrizes monetárias e fiscais, destinadas a reduzir a inflação, mantendo-a sob controle, bem como tentativas para criar incentivos projetadas para incrementar negócios e fazer com que indivíduos economizassem e investissem, evitando, ao mesmo tempo, estratégias de impostos elevados e redistribuídos.

As diretrizes do Consenso de Washington são similares às do movimento mais amplo nos EUA e Europa Ocidental durante as décadas de oitenta e noventa, bem como às das democracias recém constituídas no antigo bloco soviético. A meta era reduzir a função do estado e criar um ambiente de apoio ao estado de direito, mercados relativamente livres, favoráveis ao comércio e, no caso de democracias emergentes, normas que levassem à maturidade do governo representativo.[3] Com respeito à reforma econômica, a presidência de Reagan e a administração de Thatcher na Grã-Bretanha, converteram-se em emblemas dessas iniciativas de reformas, solidificando as experiências e os empreendimentos de outras democracias industriais na América Latina e outras regiões.

Se fosse possível identificar um ano que demarcou o ponto de estresse político na América Latina, seria 1998. Presenciou eventos políticos em três países importantes: Argentina, Chile e Venezuela, que em certos casos, determinariam o panorama político para os anos vindouros, à medida que os regimes de esquerda de distintas filosofias políticas alcançavam o poder. O Brasil apresentou objetivos eleitorais importantes em 2002. Descrevemos os eventos em sequência mais ou menos histórica, à medida que examinamos as orientações predominantes naqueles países e assinalamos as distinções críticas que se devem deduzir do caráter latente dos governos da esquerda.

A Venezuela testemunhou a vitória do resoluto ex-oficial militar e líder do golpe fracassado de 1992, o Coronel Hugo Chávez, em dezembro de 1998. Um admirador do Presidente Fidel Castro e adversário vociferante dos EUA, Chávez labutou diligentemente durante os anos que precederam 1998, a fim de estabelecer um movimento populista da esquerda radical que conseguiu dominar as eleições de 1998.[4] Sua vitória nas eleições presidenciais, legislativas e subsequentes vitórias em referendos destinados a expandir seu poder, impeliram o país a rumo cada vez mais socialista, à medida que o governo dirigia-se a programas redistribucionistas mais radicais, ostensivamente projetados para assistir à população pobre, juntamente com um programa de nacionalização de empresas outorgando maior poderio econômico à nação. Esses lances combinaram-se à mudança autoritária cada vez maior dentro do país, ao mesmo tempo que líderes da oposição eram ameaçados, encarcerados e, em muitos casos, levados a exílio forçado.

O que também inquieta as autoridades latino-americanas que não pertencem à esquerda são as ambições internacionais de Chávez. Empenha-se em socorrer movimentos revolucionários esquerdistas em toda América Latina, apoiando as *FARC [Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia]*, elementos esquerdistas no Peru e El Salvador, utilizando a riqueza petrolífera de Venezuela para comprar o apoio de vários regimes, inclusive o da Argentina. Abaixo, analisamos essas atividades em maior detalhe.

A Argentina também deslocou-se à esquerda, após a eleição do Socialista Fernando de la Rúa, em 1998. A eleição teve lugar em ambiente político e econômico tóxicos. As reformas vantajosas para o mercado (privatizações, a derrocada de barreiras de importação protecionistas e a simplificação de regulamentos empresariais) do Presidente Carlos Menem, da reforma peronista, tentaram modernizar a

economia argentina. Os escândalos políticos de corrupção foram citados como causas definitivas da recessão econômica de 1998. Contudo, a eleição teve lugar em um momento em que a crise monetária asiática enviava ondas de choque ao redor do planeta.[5]

Durante a segunda parte do século XIX, graças às diretrizes econômicas de mercado livre e o estado de direito que faziam parte da Constituição de 1853, redigida por Juan Bautista Alberdi, a Argentina desfrutou período próspero, de 1880 a 1929, classificando-a como uma das dez economias mais ricas do mundo.[6] Foi a Grande Depressão de 1929 que deu início à era de nacionalismo econômico e populismo autoritário sob a máscara, primeiro de Peronismo e mais tarde, de vários governos militares. Essas tendências inquietantes continuam.

A situação econômica de 1997-1998, cada vez mais negativa e a rápida deterioração levaram à vitória o candidato Socialista, Fernando de la Rúa, nas eleições presidenciais de 1998. Mas o constante declínio dos prospectos econômicos argentinos, devido em parte às crises financeiras na Ásia e Brasil e a já debilitada economia argentina causaram a subsequente renúncia de la Rúa em 2003. Néstor Kirchner, um peronista inconformado, tomou o poder.

Deve-se compreender que os peronistas de Kirchner não pertencem a mesma variedade dos de Chávez e muito menos dos de Cuba. Mesmo assim, o estilo de populismo de Kirchner contém elementos de mutação de esquerda autoritária, endêmicos à Argentina e à outras regiões da América Latina. Sob Kirchner, cujas diretrizes de vasto consumo e também protecionistas, combinadas a várias maquinações redistribucionistas e à manipulação do poder estatal, a fim de negar o direito de propriedade a indivíduos, juntamente com uma postura excessivamente cordial para com Cuba e Venezuela, foram uma mudança radical das iniciativas reformistas do ex-Presidente Menem. As circunstâncias alarmantes pelas quais passava a Argentina, em parte explicam porque dirigiu-se à Venezuela, que havia concordado em comprar grande parte de sua dívida soberana, quando não havia demanda alguma para sua aquisição em mercados internacionais.[7] As provas recentes, contudo, inclusive a eleição legislativa de junho de 2009, que resultou em derrota desastrosa dos aliados de Kirchner e outros dados eleitorais recentes, sugerem que a Argentina poderá regressar à direita, quando as eleições gerais de 2011 forem levadas a efeito.

O Brasil emergiu de passado doloroso no qual o regime militar governara o país de 1964 a 1985. Desde então, ingressou à era de renovação, com uma série de líderes eleitos democraticamente, iniciando com os Presidentes Fernando Collor de Mello e Itamar Franco. Fernando Henrique Cardoso, eleito em1995 demonstrou ser sumamente digno de nota, uma vez que colocou em vigor uma série de reformas econômicas. As reformas de Cardoso incluem a redução de restrições alfandegárias, a privatização e a compressão fiscal, elaborando um plano para reduzir a inflação desenfreada, denominado "Plano Real", instituindo nova moeda, o "Real", fixo ao dólar. Funcionou bem por certo período de tempo no final da década de oitenta e início da de noventa. Produziu grande influxo de capital. Contudo, o *deficit* fiscal, combinado à crise do sistema monetário internacional levaram à desvalorização e recessão.

A administração de Cardoso, benéfica ao mercado, denominada de "neoliberal" pelos críticos, foi denunciada e culpada pela crise no final da década de noventa, abrindo as portas ao carismático líder popular da esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva. Lula ganhou a eleição presidencial de 2002 em margem esmagadora. Mesmo assim, supreendentemente, as diretrizes favoráveis ao mercado que Cardoso havia implementado foram rapidamente adotadas pelo recém eleito presidente da esquerda, propiciando ao Brasil, acesso aos mercados de crédito internacionais e próspero crescimento econômico.

Apesar de problemas recentes, extremamente sérios, com o colapso do importantíssimo mercado de matéria-prima do qual o país tanto dependia, a queda do Real e a possibilidade cada vez maior de que não poderá pagar a dívida soberana, o Presidente não fez gesto algum que se poderia considerar fundamentalmente hostil ao mercado ou ao pro-

cesso constitucional. De fato, a direção das diretrizes presidenciais sugeriam que se mantivesse fiel às diretrizes conservadoras de seus precursores imediatos, favoráveis ao mercado.[8] Tais medidas deleitaram os conservadores e investidores mas, decepcionaram profundamente os esquerdistas.

Muitas diretrizes do Presidente, inclusive a postura fiscal, mercado livre e estratégias redistribucionistas relativamente lenientes mantinham-se bem dentro da denominada estrutura "neoliberal".[9] Além disso, o Brasil formulou uma política exterior independente que manteve certa distância política da Venezuela e Bolívia, duas nações recentemente radicalizadas.[10] Se podemos criticar a administração do Presidente Lula, seria em recusar-se a confrontar de maneira mais direta as forças radicais da região, como a Venezuela, por exemplo. Contudo, se a direção de recentes enquetes refletem a realidade, a probabilidade de vitória conservadora na eleição geral de outubro de 2010 é razoável. Isso ajudaria a solidificar a resolução do Brasil de oposição à extrema esquerda na região.

O panorama político no Chile também pende à esquerda moderada desde 1998. Sob a administração do regime autoritário de 1973-88, o Chile, após Pinochet, encaminhou-se de forma constante à liberdade democrática. Patricio Aylwin do Partido Democrata Cristão, o partido político centro-esquerda, começou a recriar um regime democrático no Chile e resumiu as reformas econômicas que Pinochet implementara sob a assessoria do grupo denominado *"Chicago Boys"*, 25 economistas chilenos treinados pela Universidade de Chicago, sob a liderança de Milton Friedman e Arnold Harberger. Suas diretrizes, favoráveis ao mercado, fizeram com que o Chile reduzisse a inflação e alcançasse crescimento econômico (denominado de Milagre Chileno), adotando o desregulamento [a remoção ou simplificação de normas e regulamentos governamentais que restringem a operação do mercado. Não quer dizer a eliminação de leis contra fraude, mas sim a eliminação ou redução de controle governamental referente a como se conduzem os negócios, movendo-se, assim, em direção a mercado livre]. O Chile também adotou a privatização, a redução de impostos e outras reformas favoráveis.[11]

Eduardo Frei, outro membro do Partido Democrata Cristão, assumiu o poder em 1994, experimentando crescimento econômico graças à receptividade do Chile para com a economia mundial, reformas anteriores, disciplina fiscal e controles de capital. Ainda assim, no final da década de noventa as crises financeiras da Ásia e Brasil também atingiram a economia chilena, demonstrando que até mesmo economias prósperas são vulneráveis à crises de confiança, geradas por eventos em outros países, via contágio.

A eleição de Ricardo Lagos, um Socialista e economista educado em Harvard, foi mudança importante e, até certo ponto, considerável para a nação sul-americana. Simbolicamente, a eleição foi certamente importante, uma vez que pela primeira vez a esquerda ganhou uma eleição geral, desde o malogrado governo de extrema esquerda de Salvador Allende em 1970.

Contudo, os governos socialistas de Lagos e Michelle Bachelet que seguiram em 2005, permaneceram fiéis em seu apoio às normas e princípios democráticos. Se bem que ligeiramente redistribucionistas em política interna, não rejeitaram os princípios básicos de mercado ou apoio à propriedade e, certamente não tomaram parte no bacanal costumeiro de nacionalizações negativas e expropriações, tão comuns a muitos regimes radicais populares.[12] Ao mesmo tempo, deixaram de lidar de forma definitiva com a ameaça da esquerda radical de Venezuela, as *FARC* e aliados. Contudo, a vitória recente de Sebastián Piñera e os conservadores, em janeiro de 2010, sugerem possível enrigecimento de postura pelo Chile para com elementos extremistas na América Latina.

Durante o período de 1998-2008 ocorreram muitas mudanças políticas em outras partes que vão além do âmbito deste documento. A Tabela 1 sumariza a exposição acima.

A classificação do tipo de regime nem sempre é fácil de se compreender. Para evitar complexidade, os autores tentaram classificar os regimes baseados em sua verdadeira orientação política e não em nomes oficiais dos

Tabela 1. Sumário de Vitórias Eleitorais da Esquerda na América Latina[13]

País	Ano em que a Esquerda Alcançou o Poder	Via	Chefes Executivos	Tipo de Regime	Suplantou
Cuba	1959	Revolução	Fidel Castro	Ortodoxo-Marxista-Leninista	Não-Esquerda (Conservador-Autoritário)
Venezuela	1998	Eleição Democrática	Hugo Chávez	Radical Populista Autoritário	Não-Esquerda
Brasil	2002	Eleição Democrática	Luiz Inácio Lula da Silva	Social Democrático	Não-Esquerda
Uruguai	2005	Eleição Democrática	Tabaré Vázquez	Social Democrático	Não-Esquerda
Bolivia	2006	Eleição Democrática	Evo Morales	Radical Populista Autoritário	Não-Esquerda
Equador	2006	Eleição Democrática	Rafael Correa	Radical Populista Autoritário	Não-Esquerda
Nicaragua	2006	Eleição Democrática	Daniel Ortega	Radical Populista Autoritário	Não-Esquerda
Argentina	2007	Eleição Democrática	Cristina Fernández	Populista Estadista (Peronista)	Não-Esquerda
Guatemala	2008	Eleição Democrática	Álvaro Colom	Social Democrático	Non-Left
El Salvador	2008	Eleição Democrática	Carlos Mauricio Funes	Radical Populista/ Social Democrático	Não-Esquerda
Paraguai	2008	Eleição Democrática	Fernando Lugo	Radical Populista	Não-Esquerda

partidos. Assim, o governo do Presidente Lula da Silva é denominado "Social Democrático" embora tenha sido eleito como o candidato de um partido socialista declarado i.e., o Partido dos Trabalhadores. A classificação "Radical Populista" é utilizada para descrever aqueles sistemas onde o governo é dominado por ideologia geralmente anti-capitalista e anti-mercado, promovendo diretrizes redistribucionistas bem amplas. Tentamos distinguir entre aqueles regimes, como Equador e Paraguai e sistemas "Populistas Radicais Autoritários" onde existe prova definitiva de no mínimo certo grau de repressão política de direitos processuais de cidadãos, tais como liberdade de expressão e de imprensa. A Venezuela é o exemplo mais claro de tal sistema. O termo "não-esquerdista" tenta captar ampla gama de orientações para aqueles governos que, em geral, podem ser caracterizados de centristas a conservadores, que apoiam amplamente os mercados e que possuem postura anti-marxista em assuntos domésticos e internacionais.

A Bolívia, com a eleição de Evo Morales à presidência in 2006, um aliado de Chávez, realçou a tendência esquerdista, como a vitória de Rafael Correa no Equador em 2006, outro simpatizante de Chávez. Outros países, inclusive o Paraguai e Uruguai também presenciaram o advento de esquerdistas ao poder nesse mesmo período. Recentemente, os não-esquerdistas também devem ter presenciado, com certa mortificação, o ressurgimento do regime sandinista em Nicarágua, bem como a recente eleição do governo esquerdista salvadorenho em 2009, onde os governos conservadores favoráveis aos EUA dominaram durante duas décadas. Evidentemente, a esquerda obteve grande sucesso em muitos países, desde 1998. É interessante e talvez seja a prova da resiliência das instituições políticas democráticas o fato de que cada vitória esquerdista foi o resultado de processo eleitoral.

Não importa a opinião referente às instituições políticas latinoamericanas. Houve uma "abertura" considerável do processo político que, em certos casos, permitiu a candidatos

extremamente hostis para com as ordens políticas predominantes, basicamente centristas, centro-direita ou direita, alcançar o poder por intermédio de eleições livres e legítimas. As mesmas instituições que permitem essas vitórias eleitorais foram demasiadamente delicadas ou não muito evoluídas para suportar as constantes agressões políticas de inimigos ideológicos sumamente organizados, tais como Chávez da Venezuela, Morales da Bolívia, Correia do Equador e Ortega da Nicarágua que, evidentemente, gostariam de replicar os sucessos de Chávez em seus próprios países.

Entretanto, o lado positivo deste relato, até agora, foi a sólida continuidade de instituições democráticas e pro-capitalistas no Brasil e Chile. As dinâmicas políticas prevalentes naqueles países oferecem um equilíbrio crucial dentro da esquerda aos regimes mais populistas autoritários radicais que convivem na vizinhança.

Contra a Maré: As Tendências Opostas de 1998-2008

A esquerda conseguiu vitórias consideráveis durante a última década, como demonstra claramente a Tabela 1, mas os conservadores também obtiveram seus triunfos. Alguns deles importantíssimos. A vitória de Álvaro Uribe Vélez na Colômbia em 2002 e a subsequente reeleição em 2006 foram o cartaz de boasvindas aos defensores do capitalismo democrático ao mercado livre. A vitória de Uribe foi essencial à luta da Colômbia contra os grupos terroristas violentos da esquerda das *FARC* que conseguiram trinchar um bom pedaço do território no sudoeste da Colômbia (departamentos de Putumayo, Huila, Nariño Cauca e Valle del Cauca) e administram o mesmo como um estado quase *de facto* dentro da nação. As diretrizes de Uribe muito mais agressivas para com as *FARC,* resultaram em situação precária para o poder e alcance do grupo de terroristas dentro do país. Muitos líderes foram mortos ou capturados. As diretrizes econômicas internas foram bem sucedidas, reduzindo a inflação, promovendo um ambiente mais seguro para o comércio e investimentos do que antes.[14]

O México talvez seja o caso prático mais importante. Desde o final da década de oitenta afasta-se das políticas estadistas e nacionalistas tradicionais do *PRI (Partido Revolucionário Institucional)*, a força política predominante no país desde a década de trinta. Contudo, foram as presidências de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) e de Ernesto Zedillo (1994-2000), ambos eleitos sob o emblema do *PRI*, que ajudaram a acelerar o movimento rumo à liberação econômica com o NAFTA assinado em 1992 e colocado em vigor a 1^{0} de janeiro de1994, a pedra angular da diretriz.

Desde 2000 o México continua a passar por desenvolvimento político. Um passo essencial foi a vitória de Vicente Fox, o candidato do *Partido Acción Nacional* ou *PAN*, em 2000 e a subsequente vitória de Felipe Calderón, também do *PAN,* à presidência em 2006.[15] Embora o *PAN* não conseguisse ganhar a maioria no legislativo, essas vitórias significaram uma grande transformação na estrutura política da nação.[16] Puseram fim a sete longas décadas de domínio pelo *PRI*, que manteve o monopólio do poder durante as décadas que precederam a eleição de 2000. Contudo, os recentes presidentes do *PRI*, mencionados acima, como Ernesto Zedillo e Carlos Salinas de Gortari já se encaminhavam a rumo definitivamente reformista.

Felipe Calderón e o *PAN* enfrentaram dois candidatos principais nas eleições de 2006, o representante do *PRI*, Roberto Madrazo Pintado e o ex-Prefeito da Cidade do México, Andrés Manuel López Obrador, o líder do *PRD* (Partido Revolucionário Democrático) de tendências esquerdistas. Uma figura carismática, cuja agenda redistribucionista esquerdista possuía marcante similaridade às diretrizes de Chávez e Morales que haviam promulgado antes do advento ao poder em seus respectivos países.[17]

O ímpeto populista da campanha atemorizou muitos no México, que visualizavam a possível vitória de López Obrador como desastrosa para o país e a possibilidade de êxodo de capital estrangeiro e doméstico. Mesmo

assim, López Obrador levou a efeito uma campanha eleitoral sumamente forte. De fato, os resultados de enquetes finais sugeriam que Lopes Obrador ganharia com curta margem de votos. No entanto, ao final, Calderón foi vitorioso com uma das menores margens de voto já registrada.

Após perder por tal margem, López Obrador, o candidato esquerdista do *PRD* não ficou contente com os resultados e alegou que a contagem de votos havia sido fraudulenta. Os partidários causaram semanas de desobediência civil. Deve-se destacar que, até agora, não reconheceu a legitimidade da presidência de Calderón e criou um governo fantasma paralelo.[18] Talvez outro sinal de que as instituições democráticas mexicanas estão amadurecendo, sejam as reformas eleitorais recentes propostas pelo Presidente Calderón, que proporcionariam um desempate em futuras eleições presidenciais entre os dois candidatos com o maior número de votos. Evitaria a controvérsia acrimoniosa que caracterizou as eleições de 2006, quando três candidatos que representavam o *PAN*, *PRD* e o *PRI* competiram, sem que nenhum deles chegasse até mesmo perto da maioria absoluta de votos.[19]

O período desde a eleição do Presidente Calderón não tem sido fácil. A crise econômica global que desandou com toda a força em 2008, bem como todas as divisões políticas referentes ao que se deve fazer com as organizações criminosas transnacionais que travam guerra contra as forças da polícia no México, resultaram em ambiente político turbulento, embora as instituições políticas democráticas pareçam estar a salvo. Ademais, é evidente que o *PRD* sofreu enorme perda de apoio e não será fator decisivo nas eleições presidenciais de 2012.[20]

O Peru é outro que "escapou por um triz". A violência, liderada pelo movimento maoista, *Sendero Luminoso*, arrasou o país durante as décadas de setenta e oitenta. No início de 2000 tentava recuperar-se da presidência de Alberto Fujimori com seus escândalos políticos e provas irrefutáveis de corrupção.[21]

Apesar desses problemas conseguiu alcançar modesto crescimento econômico nos últimos anos. Contudo, a enorme desigualdade perdurava e os movimentos radicais populistas como os da Bolívia e Venezuela agitavam os campesinos. Durante julho e agosto de 2009, os confrontos violentos entre a polícia e as demonstrações radicais no Peru ameaçaram o governo. Alan García, o Presidente do Peru durante a década de oitenta, colocara em vigência diretrizes econômicas desastrosas que produziram inflação destrutiva e declínio em investimentos estrangeiros. Eleito em 2006, derrotando ainda outro populista radical esquerdista da mesma estirpe de Chávez e Morales. Os dados eleitorais sugerem que as forças, de centristas à centro-direita, possuem ótima chance de reter o poder durante a próxima eleição geral, agendada para o ano vindouro.[22]

Garcia aparenta, agora, ser mais velho e mais sábio. Sua orientação política mudou drasticamente e se não é libertário do mercado livre e governo limitado, sem dúvida chegou a entender os limites da intervenção estatal e a apreciar a função que desempenham os mercados na alocação de recursos. Assim, García emerge como possível aliado dos governos centro-esquerdistas responsáveis em toda a América Latina, bem como dos sistemas mais conservadores, tais como México e Colômbia.

A Tabela 2 oferece uma perspectiva um tanto mais ampla do êxito dos conservadores na América Latina que vai mais além dos casos analisados neste documento. Como a tabela indica claramente, muitos governos (por exemplo, a Costa Rica e o Panamá) elegeram regimes sociais-democráticos, relativamente brandos, que respeitavam o estado de direito e a importância dos mercados.

As Tabelas 1 e 2 sumarizam o estado atual da ampla direção política e ideológica na América Latina. Combinamos os dados das Tabelas 1 e 2 em um mapa que aparece na Figura 1 e apresenta um resumo do panorama político, a partir de fevereiro de 2010, após o resultado da eleição chilena, na qual o candidato conservador Sebastián Piñera derrocou a coalizão centro-esquerdista do candidato Eduardo Frei. Também revela aqueles países que provavelmente passarão por mudança, regressando à centro-direita

Tabela 2. O Sumário das Vitórias Eleitorais na América Latina de Regimes que não são da Esquerda

País	Ano em que a Direita Alcançou o Poder	Via	Chefes-Executivos	Tipo de Regime	Suplantou
México	2000	Eleição Democrática	Vicente Fox	Não Esquerda	Centrista
Colômbia	2002	Eleição Democrática	Álvaro Uribe Vélez	Não Esquerda	Social Democrático
Peru	2006	Eleição Democrática	Alan García Pérez	Não Esquerda	Centrista
Costa Rica	2006	Eleição Democrática	Óscar Arias Sánchez	Não Esquerda	Social Democrático
Panamá	2009	Eleição Democrática	Ricardo Martinelli	Não Esquerda	Social Democrático
Honduras	2009	Eleição Democrática	Porfirio Lobo Sosa	Não Esquerda	Radical Populista
Chile	2010	Eleição Democrática	Sebastián Piñera	Não Esquerda	Social Democrático

Figura 1. O Panorama Político, a Partir de Fevereiro de 2010

dentro dos próximos dois anos, ou seja, o Brasil e a Argentina.

As Posturas Referentes à Democracia

O intuito da discussão acima foi oferecer amplo panorama das tendências políticas na América Latina. A seguir, tentaremos examinar as atitudes específicas, utilizando dados de pesquisa, à medida que se relacionam ao apoio à democracia e ao capitalismo. Iniciamos com análise das dinâmicas de opinião pública relacionadas ao apoio de instituições democráticas. Queremos determinar as tendências dentro dos sete países descritos acima e examinar as facetas comuns, bem como as distinções entre aqueles países que presenciaram mudanças políticas. Os resultados da pesquisa feita por intermédio do Latinobarômetro produzem alguns resultados bastante interessantes. Em primeiro lugar, observem as tendências vistas na Figura 2.

A Figura 2 apresenta as tendências em sete das maiores nações latino-americanas, referentes ao apoio geral à democracia. O mais interessante é o declínio quase uniforme em

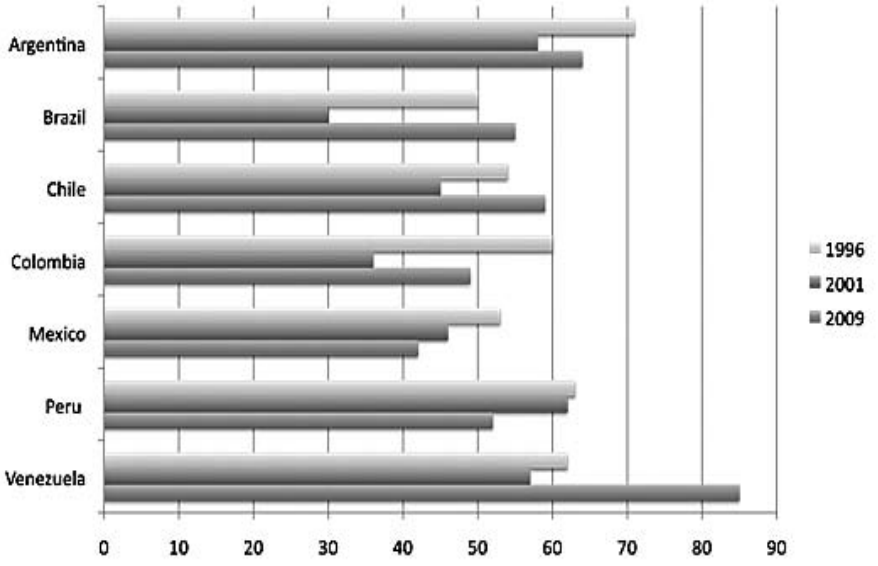

Figura 2. "A Democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo" (porcentagem daqueles que responderam "concordo plenamente" e "concordo"). *Fonte:* Latinobarômetro.

apoio à democracia entre 1996 e 2001. Todos os sete países demonstraram declínio de 1996 a 2001, acusando baixas mais dramáticas na Colômbia e Brasil. Esse período, é claro, foi aquele durante o qual a esquerda começava a ascender na América Latina, à medida que as circunstâncias pioravam em toda a região.

Embora seja evidente que ocorreram baixas em virtualmente quase todos os países (o Peru, de maneira surpreendente, acusou muito pouca baixa durante esse período), os níveis reais de apoio à democracia, de 1996 a 2001 variaram bastante. Por exemplo, o Brasil começou o período em 1996 com 50 por cento de apoio à democracia, declinando a 30 por cento em 2001. A Colômbia sofreu uma baixa de 60 a 36 por cento, enquanto a Argentina passou por somente uma queda de 71 a 58 por cento. Como consta acima, o Peru acusou as baixas mais modestas de 63 a 62 por cento.[23] Geralmente, a maioria dos países notou melhoria em postura, após 2001.

Embora as advertências costumeiras aplicam-se à interpretação dos dados de enquetes, os resultados que constam na Figura 2 são bastante otimistas. Mesmo se, em várias ocasiões, os níveis absolutos de apoio à democracia não fossem extraodinariamente elevados, a tendência (e aqui o México parece ser a exceção) em geral, encaminha-se ao rumo correto. Confirmam-se os resultados na Figura 3, que indica que as posturas específicas ao país são bem positivas em direção à democracia, melhorando durante a última década.

É claro que, sempre que possível, não se pode depender de uma só fonte de dados. Embora as sondagens não sejam idênticas, o Projeto de Opinião Pública da América Latina *[Latin American Public Opinion Project]* confirma os resultados básicos. A fraseologia das perguntas das enquetes das Figuras 4 e 5 é similar a das enquetes das Figuras 2 e 3, embora os dados, lamentavelmente, estejam disponíveis somente para 2008. Entretanto, demonstram ser bastante comparáveis aos dados do Latinobarômetro.

Os Argentinos estão completamente de acordo com a declaração de que "A democracia tem problemas, mas ainda assim é preferível a qualquer outro tipo de governo", com mais de 80 por cento de respostas afirmativas. A Venezuela está em segundo lugar com um

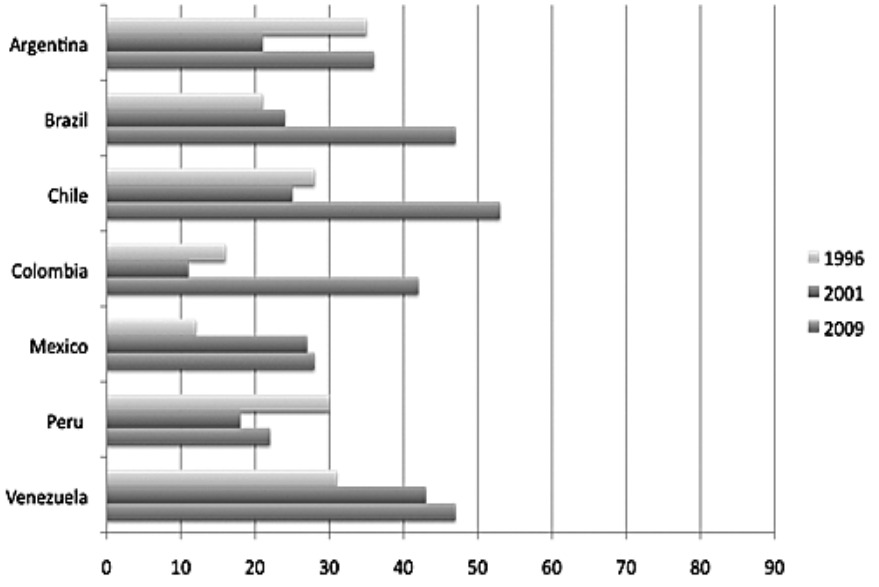

Figura 3. "A Satisfação referente a como a democracia funciona em seu país" (porcentagem dos que responderam "muito satisfeitos" e "um tanto satisfeitos"). *Fonte:* Latinobarômetro.

apoio de 76 por cento. (Figura 4). Os resultados de outros países oscilam entre cerca de 40 por cento (Peru) a 55 por cento (Colômbia). Quando se pergunta acerca de sua satisfação em "como a democracia funciona em seu próprio país" (Figura 5) as respostas não são sumamente diferentes, embora os Brasileiros e Mexicanos estejam um pouco mais contentes com a democracia em seus próprios países (61 por cento e 53 por cento, respectivamente) do que com a democracia em geral. O Peru fica atrás com somente 35 por cento professando estarem um tanto satisfeitos com a democracia em seu país; outros variam de quase 50 por cento (Chile) a 67 por cento (Venezuela).

As Posturas Referentes ao Capitalismo e Mercado

Discutimos as posturas dos cidadãos de países latino-americanos referentes à democracia, na seção anterior. Nesta, examinamos as posturas dos cidadãos acerca do outro aspecto do capitalismo democrático, i.e., as posturas para com o mercado. Claramente, rápida verificação das Figuras 6, 7 e 8 revela a natureza complexa de posturas para com os mercados e o capitalismo.

Uma análise mais detalhada da Figura 6 demonstra variações marcantes com o passar do tempo. Contém as respostas à questão: "A economia baseada em Comércio é o único sistema para o desenvolvimento do país". O Brasil, por exemplo, passou de quase 80 por cento de respostas afirmativas em 2003 a cerca de 53 por cento em 2009; a Colômbia de 73 por cento em 2003 a 45 por cento em 2009. Outros países exibiram padrões bastante similares. Quarenta e oito por cento dos Mexicanos concordaram que a economia baseada em comércio era a melhor para o desenvolvimento mas, baixou a 66 por cento em 2007. Outros países exibiram posturas similares. É verdade que se considerarmos esses dados de forma isolada, seriam um tanto inquietantes. Contudo, deve-se destacar que os dados de 2009 foram na verdade compilados durante o outono de 2009, exatamente no auge do pânico financeiro e econômico. A gama de respostas positivas relativamente es-

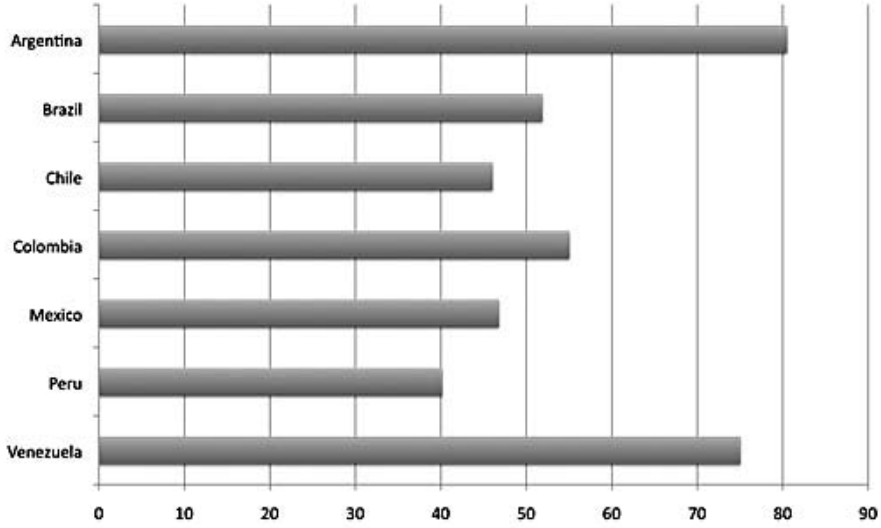

Figura 4. "A Democracia tem problemas, mas ainda assim é preferível a qualquer outro tipo de governo" (porcentagem dos que responderam "completamente de acordo" ou "de acordo"), 2008. *Fonte:* Projeto de Opinião Pública da América Latina da Universidade de Vanderbilt.

táveis durante o período de tempo inicial, talvez seja mais reveladora.[24]

A Figura 7 demonstra que aqueles que responderam de maneira favorável à declaração "A economia baseada em Comércio é a melhor para o país" evidencia declínios de 2007 a 2009 em todos os casos, com exceção da Venezuela. Para reiterar, dado o trauma da crise econômica de 2008-09, os resultados surpreendem com seu aspecto positivo. Os dados do Projeto de Opinião Pública da América Latina de 2008 contêm resultados similares (Figura 8), revelando que nenhum dos países estudados conta com uma maioria a favor de ampla nacionalização. As respostas à pergunta "O país deve ser o proprietário dos setores industriais e empresas particulares mais importantes", as porcentagens dos que estavam de acordo com essa declaração variaram de 48 por cento na Argentina a menos de 20 por cento na Venezuela, com uma taxa média de 38 por cento para todos os países. Embora o resultado do estudo sugira que o público na maioria dos países Latinos crê que há lugar para grande participação estatal, não existe consenso acerca da função do estado em controlar a estrata econômica superior. Dada a orientação estatística tradicional da política da América Latina, tais resultados não são tão surpreendentes. De fato, pode-se esperar maiores níveis de apoio para com o envolvimento do país.

Além da informação contida nos dados do estudo referentes às atitudes para com a democracia e os mercados, existem provas alentadoras de que cidadãos na América Latina são exigentes em suas atitudes para com os líderes políticos. Há sinais de que a imagem de Hugo Chávez está bem manchada. Entre os diversos líderes, gera pouco apoio na América Latina. Esses resultados aparecem na Figura 9. O interessante é que o entusiasmo para com o Presidente Obama é bem elevado. Isso mantém a esperança de que o restauração da imagem norte-americana na região está a caminho.

O sistema para forjar relações estratégicas a longo prazo não se deve basear unicamente em vicissitudes de popularidade pessoal. Mesmo assim, os dados, sim sugerem oportunidades para que os Estados Unidos aproveitem "os fatos concretos". Um lugar ideal para

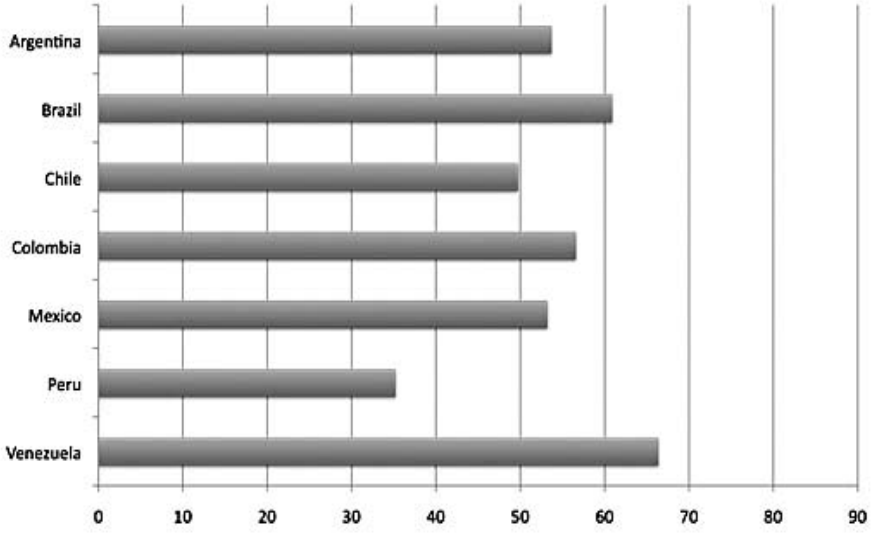

Figura 5. "A satisfação acerca de como a democracia funciona em seu país" (porcentagem dos que responderam "muito satisfeito" ou "um tanto satisfeito"), 2008. *Fonte:* Projeto de Opinião Pública da América Latina da Universidade de Vanderbilt.

começar seria uma iniciativa para expandir o mercado e vínculos comerciais que aproximariam os Estados Unidos e a América Latina em pé de igualdade. Como um dos observadores principais da América Latina indicou, a mudança de regresso à centro-direita na região, poderia acarretar grandes inferências para a política exterior, à medida que o Chile e o Brasil, juntamente com o Peru, convertem-se em contrapontos importantes a Chávez, diminuindo sua influência na região, permitindo aos Estados Unidos a promoção de agenda capitalista democrática.[25]

As Inferências para os EUA

Nem é necessário mencionar que os EUA veem a América Latina como área de preocupação e interesse estratégico, quase desde a fundação da República. Embora seja perigoso tecer muitas conjecturas, também sabemos que muitas das medidas adotadas pelos EUA, dentro das esferas econômicas, políticas e militares, complicaram muito as relações com a América Latina e ajudaram a produzir uma atmosfera de ambivalência, desconfiança e em muitos casos, hostilidade declarada para com os EUA.

Os elementos estratégicos importantes da política exterior norte-americana para com a América Latina são os mesmos elementos que vemos em outros contextos regionais: 1. a necessidade de evitar que os adversários usem posições de apoio na região, a fim de projetar força militar contra os EUA ou aliados ou contar com representantes na região que atuem militarmente ou possam utilizar a ameaça de ação militar contra os aliados norte-americanos; 2. estimular o desenvolvimento de instituições político-econômicas e governos compatíveis com os princípios democráticos liberais e capitalistas; 3. incentivar o crescimento e expansão de relações comerciais que unam ainda mais os interesses político-econômicos entre as Américas do Norte e Sul.

Seria impossível, neste documento, cobrir em detalhe, a complexidade das interações entre os Estados Unidos e a América Latina ao longo dos anos. Em meio à Guerra Fria, o momento decisivo das relações EUA-Latinoamericana foi o triunfo da Revolução

http://www.airpower.maxwell.af.mil/home.htm Contactar o Editor

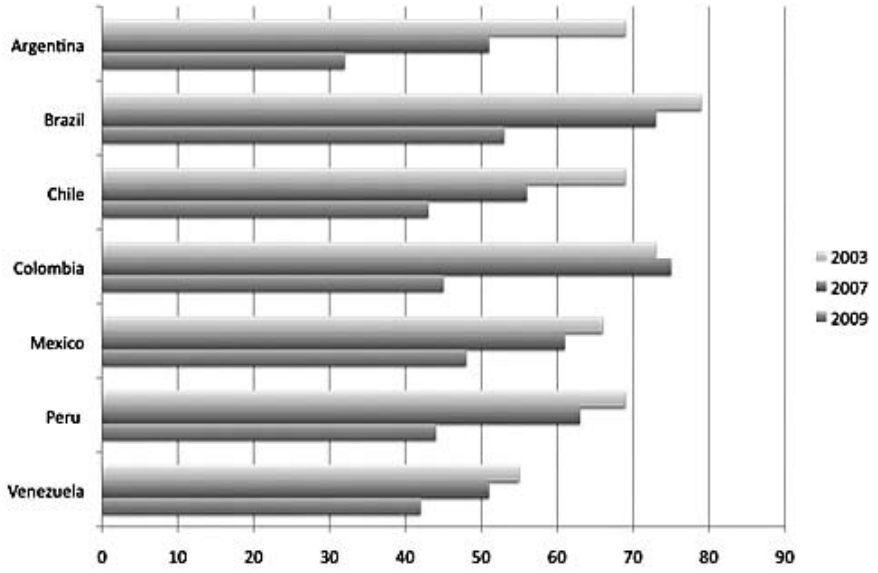

Figura 6. "A economia baseada em comércio é o único sistema para o desenvolvimento do país" (porcentagem dos que responderam "completamente de acordo" ou "de acordo"). *Fonte:* Latinobarômetro

Cubana em 1959 e a subsequente inclusão de Cuba sob a esfera de influência soviética.

Nos finais dos anos setenta, movimentos pro-marxistas / soviéticos, com a assistência cubana floresciam na América Latina, principalmente na América Central. Os sandinistas assumiram o poder na Nicarágua em 1978 e as guerrilhas em El Salvador progrediam contra o governo pro-estadunidense. A América Central veio a ser um problema para os EUA durante a década seguinte.

Após o fracasso da invasão da Baía dos Porcos, Cuba veio a ser o obstáculo principal à posição estratégica dos EUA na América Latina, durante a maior parte da Guerra Fria. O evento levado a efeito por Cubanos anti-Castro, apoiado pelos EUA, fortaleceu os laços cubano-soviéticos. Finalmente levou ao confronto entre os EUA e a Rússia Soviética, devido a descoberta de que os soviéticos haviam colocado mísseis balísticos de médio alcance durante a crise de mísseis de Cuba em 1962.

Até agora a Venezuela, muitas vezes, desempenha um papel similar ao de Cuba durante os anos sessenta e setenta, porém não conta com patrocinador único, como ocorria entre Cuba e a União Soviética durante o auge da Guerra Fria. Mesmo assim, a relação íntima que a Venezuela desfruta com a Rússia, especialmente a militar, cada vez maior, bem como as relações de amizade com o Irã e Coreia do Norte, é motivo suficiente para causar preocupação aos que formulam as diretrizes. Hugo Chávez, que controla vastas rendas de petróleo, está bem situado para adquirir aliados e intimidar os países vizinhos. Seu apoio aos Kirchners da Argentina, com a aquisição de sua dívida soberana, sua amizade com Evo Morales da Bolívia e Correa do Equador e, recentemente, a fanfarronada durante a situação hondurenha, após o golpe militar que derrocou o presidente esquerdista Manuel Zelaya, são bons exemplos. Ademais, o importante é que Chávez direcionou sua agressão contra a Colômbia, causando temor de que poderia ocorrer um conflito referente à demarcação de fronteiras com esse aliado norte-americano vital. A Colômbia colocou em ação uma ofensiva militar contra as *FARC* em março de 2008

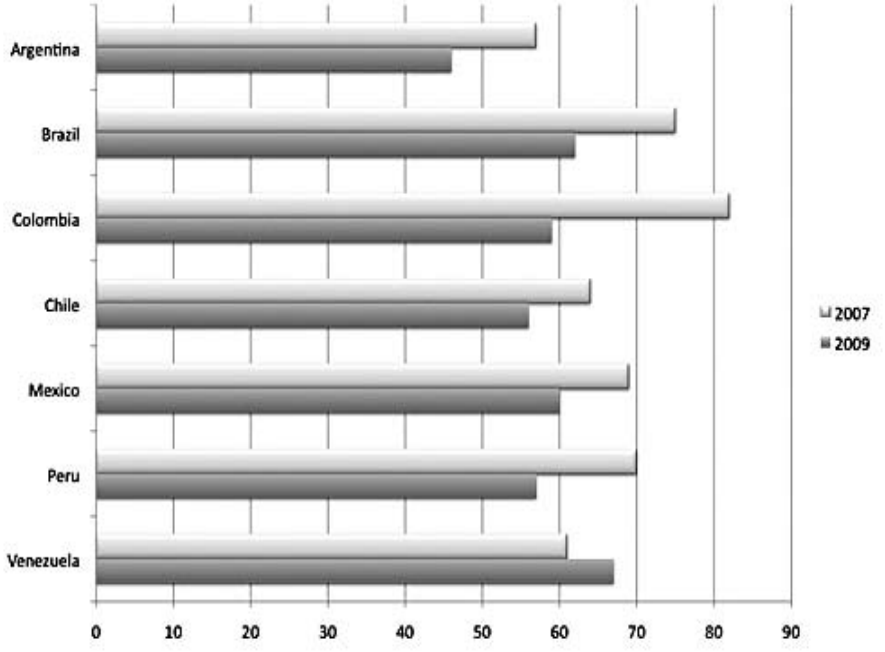

Figura 7. "A economia baseada em Comércio é melhor para o país" (porcentagem dos que responderam "completamente de acordo" ou "de acordo") *Fonte:* Latinobarômetro

e bombardeou um de seus acampamentos localizado na fronteira com o Equador, matando um dos líderes principais do movimento. A Venezuela e o Equador reagiram, concentrando as forças na fronteira com a Colômbia, citando a violação de soberania nacional de ambos os países. O exército colombiano encontrou computadores que continham prova da associação de Venezuela e Equador com as guerrilhas *FARC*. As relações diplomáticas entre esses países foram interrompidas. Contudo, após a reunião do *Grupo de Rio*, aliviaram-se as tensões, até certo ponto.

Re-candidatar / recandidatar (?)

A Colômbia veio a ser aliado crítico na América Latina, mais ou menos durante a última década, não somente devido a denominada "guerra às drogas", mas em geral como baluarte contra os regimes radicais da Venezuela e outros. A administração do Presidente Uribe, pró-EUA, anti-Chávez e a favor de liberalização econômica serviu de pedra angular aos empreendimentos norte-americanos para conter a proliferação de regimes autoritários esquerdistas radicais. A administração de Uribe apoiou firmemente a "Guerra ao Terrorismo" de George Bush, defendendo diplomaticamente a invasão do Iraque em 2003, apesar de forte oposição dentro do país. Em retorno, o governo norte-americano foi instrumento importante de apoio à "Guerra às Drogas" na Colômbia através do "Plano Colômbia", providenciando assistência militar e treinamento norte-americano desde a administração de Andrés Pastrana, em finais dos anos noventa.

Já sabemos que o governo de Uribe chegará ao fim em agosto de 2010 e um novo presidente será eleito. Até pouco tempo, havia certa dúvida a respeito da recandidatura do Presidente Uribe a terceiro mandado. Entretanto, o Supremo Tribunal da Colômbia recentemente pronunciou-se contra a iniciativa, declarando-a uma transgressão da Constitui-

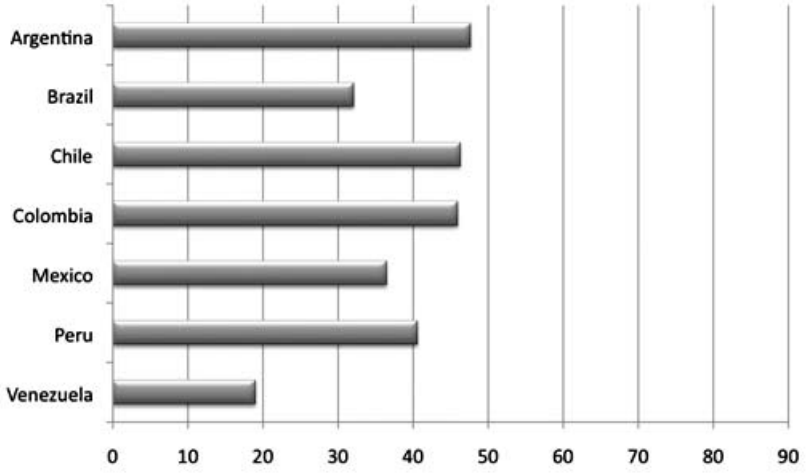

Figura 8. "O estado deve ser o proprietário dos setores industriais e empresas particulares mais importantes" (porcentagem dos que responderam "completamente de acordo" ou "de acordo"), 2008. *Fonte:* O Projeto de Opinião Pública da América Latina da Universidade de Vanderbilt.

ção Colombiana. O Presidente Uribe indicou que cederia à decisão. Assim, a possibilidade da Colombia mudar de postura política continua incerta. Contudo, enquetes recentes sugerem grande apoio à diretriz do titular, o que muito promete ao partido em 2010.[26]

As ocorrências da última década criaram grandes problemas aos EUA. Não cremos ser demasiado otimista reconhecer que as mudanças políticas nem mesmo chegam perto das piores hipóteses. O Brasil e o Chile, com governos esquerdistas moderados e sensatos durante os últimos anos – embora pouco inclinados à confrontação direta com os radicais da região, como a Venezuela – não aparentam deixar-se influenciar por elementos autoritários radicais. Visualizemos, agora, um cenário em que ambos tomaram outra direção, extremamente populista. Embora isso pareça extremamente implausível hoje em dia, em 2002 a preocupação era grande de que a vitória presidencial de Lula e de que um governo radical populista sob sua liderança seria um aliado natural da Venezuela ou, até mesmo, das *FARC*. Ou ainda, que tal se Manuel López Obrador, o candidato carismático do *PRD*, da esquerda mexicana houvesse ganho as eleições em 2006? Jamais saberemos a direção que o México tomaria com uma vitória de López Obrador. A mera possibilidade de tal resultado, combinada à direção autoritária radical convergente na maioria da América Latina acarretaria enormes problemas econômicos, políticos e possivelmente militares às autoridades norte-americanas encarregadas de formular diretrizes.

Os Estados Unidos confrontam-se com grandes obstáculos na América Latina, à medida que passamos à segunda década do século XXI. Contudo, são dificuldades que podemos superar. O que presenciamos, sob o nosso ponto de vista, é o amadurecimento gradativo da democracia na América Latina. Simultaneamente, surge um sistema capitalista em harmonia com o mercado (se bem que ainda vulnerável a choques exógenos, bem como a transtornos internos), que conta com o apoio de grande parte da população latino-americana.

O que os legisladores devem compreender é que o apoio a mercados e à democracia não se converterão necessariamente em apoio automático e incondicional aos EUA. Um aspecto do processo de maturidade na América Latina é reconhecer que a democracia e os mercados existem para os seus próprios inte-

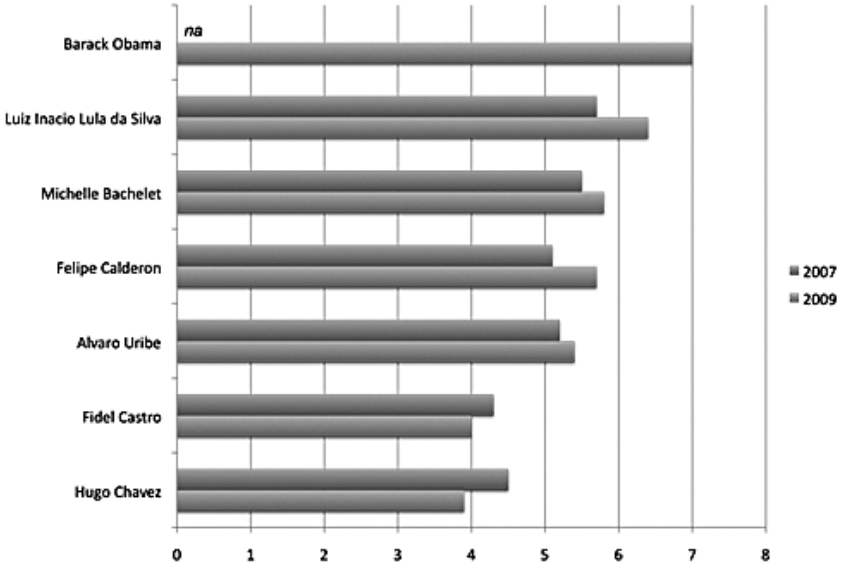

Figura 9. "Avaliação dos Líderes" (A média Latino-Americana 10 = muito bom, 0 = muito mau). *Fonte:* Latinobarômetro.

resses, bem como para os dos EUA. Mas não significa, necessariamente, apoio decisivo às ações norte-americanas que podem ser vistas como contraproducentes. Assim, por motivo algum significa que veremos o regresso do "Consenso de Washington".

Os EUA devem aprender a aceitar que o capitalismo democrático na América Latina possivelmente assumirá um período um tanto decididamente latino. Provavelmente significa maior participação do estado nos mercados do que normalmente aceito dentro do contexto político norte-americano. As expectativas de que puras economias de mercado livre surjam em direção ao sul são improváveis em futuro previsível. Certo grau de intervenção e direção estatal é inescapável, mas a expectativa é de que dentro dos parâmetros da tradição política latina os sistemas de mercado podem crescer de maneira saudável. A recente vitória da direita democrática no Chile, juntamente com a característica possibilidade de vitórias conservadoras-centristas na Argentina e Brasil durante os últimos anos é bom sinal.

As recentes experiências sugerem que os EUA não são modelo de perfeição em solidez econômica e mercado livre, em vista de sua intervenção em setores de fabricação de veículos e banqueiros, bem como *deficits* enormes que o país encara. Tampouco projetam exemplo positivo e, portanto, não deveriam nem tentar predicar a outros.

As ocorrências políticas continuarão a complicar as tentativas norte-americanas a moverse em direção a tão esperada liberalização do comércio no hemisfério. As iniciativas da administração Bush, a fim de alcançar um Acordo de Livre Comércio das Américas-ALCA *[Free Trade of the Americas Agreement-FTAA]* fracassaram e até mesmo os acordos de livre comércio bilaterais com os aliados norte-americanos, como a Colômbia, foram extremamente difíceis de alcançar. Embora um tratado compreensivo teria sido difícil, sob a melhor das circunstâncias, os ganhos obtidos pela esquerda, particularmente na Venezuela, Bolívia, Equador e a tradição estadista peronista na Argentina torna o ALCA extraordinariamente difícil. Além disso, a nova administração do Presidente Barack Obama até agora mostrou-se indiferente às metas do livre comércio, como comprova sua ambiguidade referente à TLC

http://www.airpower.maxwell.af.mil/home.htm Contactar o Editor

[NAFTA]. Contudo, em seu primeiro discurso sobre o Estado da União, o Presidente Obama aprovou a abertura de mercados mundiais, declarando que sua administração fortalecerá as relações de comércio com parceiros principais, como a Colômbia.

Não obstante, apesar desses obstáculos, os EUA devem aproveitar a oportunidade oferecida pelo refortalecimento de instituições democráticas comerciais na América Latina, juntamente com a popularidade do novo Presidente norte-americano para apoiar a expansão dos vínculos comerciais de mercado, quer sejam bi ou multilaterais. Isso poderia ser feito sob ou sem os auspícios do ALCA. Tais medidas fortaleceriam o TLC e o relacionamento EUA-México, solidificando os vínculos com a Colômbia e Peru, que se encontram na linha de frente da oposição à esquerda radical e cujos futuros são essencialmente simétricos aos dos EUA, aumentando a confiança de outros regimes constitucionais pro-mercado na região. Teria também um efeito salutar, fortalecendo a emergência do Brasil, possível aliado dos EUA na região, embora pareça claro que, à medida que o Brasil ganha confiança cada vez maior como potência de direito próprio, suas ações serão baseadas em seu próprio conceito de auto-interesse nacional. É a responsabilidade dos EUA estabelecerem diretrizes criativas que aproveitem a postura do Brasil, agora em foco na América Latina e no palco mundial.

É importante notar que com o crescimento de países como o Brasil, um dos membros do BRIC, que emerge como potência em si, talvez seja extremamente difícil para os Estados Unidos manterem o papel histórico que vêm desempenhando como os protagonistas econômicos supremos na América Latina. Embora os EUA continuem sendo a maior economia, os vínculos políticos, culturais e geográficos contribuirão à relações cada vez mais amplas na América Latina o que diminuiria a influência dos EUA na região.

Reduz-se ainda mais o papel dos EUA à medida que aumentam as relações exteriores latino americanas com outras partes do mundo. A China, por exemplo, expande, cada vez mais, sua participação na América Latina, econômica e politicamente, com claros benefícios para ambas. Os EUA cometerão grande erro, se tentarem obstruir esses vínculos emergentes. A economia global do século XXI deve permitir o desenvolvimento de relações comerciais e políticas múltiplas na América Latina e outras regiões.

Conclusão

Este estudo examinou recentes tendências políticas na América Latina, sugerindo inquietante postura esquerdista. A emergência de diversos regimes autoritários esquerdistas provocaram a sensação de que a América Latina afasta-se rapidamente dos princípios pro-capitalistas e pro-comércio democráticos liberais. Tal câmbio possui inferências importantes para os EUA, referentes a interesses político-econômicos e de segurança militar. O estudo declara que as ocorrências na América Latina merecem opinião mais matizada. Se bem que houve uma deflexão à esquerda na orientação política, é importante distinguir entre a estampa autoritária-radical e a democrática-social do esquerdismo. Como estamos tentando destacar esse ponto, é importante distinguir entre as duas, analisando suas relações para com os Estados Unidos e interesses básicos. Assim, obteríamos melhor perspectiva das relações EUA-América Latina.

Como notamos, tendências opostas importantes também marcaram presença em regiões como a Colômbia e o México. Ademais, existem sinais de que as forças que trouxeram a direita democrática de volta ao poder no Chile produzirão os mesmos resultados no Brasil e Argentina, no mínimo, ajudando a solidificar a posição dos EUA na região.

O resultado dos dados das enquetes sugere que, em geral, o apoio à democracia e aos mercados aumentou. Apesar do que se pode esperar, dada a severidade da crise econômica atual, em parte culpada a banqueiros e capitalistas, demonstra aumento de apoio durante os últimos doze meses. Nada disso sugere que os EUA conseguirão impor sua vontade na América Latina como antes faziam. Deve haver uma conscientização saudável de que, à medida que as instituições políticas latino-

americanas amadurecem e o apoio para com os mercados e as democracias estabilizam-se, seus interesses, às vezes, divergirão dos interesses norte-americanos.

Da mesma forma, deve-se reconhecer e aceitar a emergência de importantes participantes econômicos e políticos no cenário mundial, tais como o Brasil e o México e o aumento de complexidade em relações internacionais econômicas, tais como a presença, cada vez maior da China na América Latina.

De acordo com informe oficial do governo, os laços entre a China e a América Latina são relativamente recentes. Iniciaram em 2001 e são, principalmente, de natureza econômica. Foram concebidos para fomentar relações comerciais com o Chile, a Venezuela e outros que fornecerão matéria-prima tão necessária à economia chinesa que cresce vertiginosamente.[27]

Embora o comércio seja o que caracteriza a relação sino-latino-americana, os investimentos diretos aumentam e sugerem que os chineses veem tal vínculo a longo prazo.[28] Como destacou um informe da OECD [Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico][29] a China é um "anjo para o comércio", oferecendo uma saída para a matéria-prima da região, concorrendo pelos produtos latino-americanos. Tal como sugere este documento, o comércio oferece certo grau de diversificação aos mercados latino-americanos de exportação. Possivelmente, é alternativa importante à dependência excessiva em mono-mercado.

Talvez nem mesmo a existência de regimes democráticos liberais conservadores em toda a América Latina pudesse reverter essas tendências. Os EUA também devem estar conscientes de que existe a grande probabilidade de que bolsões autoritaristas, profundamente arraigados, continuarão a existir em partes da América Latina. É bem possível que Hugo Chávez, Evo Morales e aliados não desapareçam em futuro próximo. As décadas futuras do século XXI produzirão uma ordem global cada vez mais multipolar na qual os poderes econômicos e políticos passarão à economias emergentes na Ásia e Brasil. A América Latina contará com estrutura cada vez mais multipolar. Uma democracia e capitalismo sofisticados na região oferecem verdadeira oportunidade aos EUA, desenvolvendo relações mutualmente benéficas a longo prazo, independentes de ciclos periódicos na economia global. Ao mesmo tempo, embora os EUA sejam obrigados a encarar concorrência com a China, a fim de promover seus interesses empresariais e comerciais na região, o que antes não existia, certo grau de concorrência econômica com aquele país e outros, abrirão as portas a grandes oportunidades no México, seu parceiro de TLC, Brasil, Chile e outros. Tal concorrência servirá para incentivar o cultivo de relações mais íntimas, compreensivas e equitativas na região.

Isso ajudará a fortalecer a democracia e os mercados em grande parte da região, à medida que as instituições políticas e econômicas latino-americanas desenvolvem-se em reação aos próprios processos dinâmicos e não como resultado de tentativas norte-americanas em ditar o rumo para a América Latina. ❑

Notas

1. Ver, por exemplo, Jorge Castañeda, "Latin America's Left Turn" *Foreign Affairs* 85, no. 3 (maio-junho, 2006) e Hector E. Schamis, "Populism, Socialism, and Democratic Institutions" *Journal of Democracy* 17, no. 4 (outubro 2006).

2. Uma obra clássica sobre o tema é *The Commanding Heights: The Battle for the World Economy* de Daniel Yergin e Joseph Stanislaw (New York: Simon & Schuster, 2002).

3. De acordo com Damarys Canache, a vitória de Chávez em 1998 foi o resultado de múltiplos fatores convergentes, inclusive o declínio do padrão de vida da maioria dos Venezuelanos, a percepção de corrupção política generalizada, a desintegração dos partidos tradicionais, o aumento de alianças com constituintes e campanha eleitoral dinâmica. Sem embargo, um dos fatores principais da vitória de Chávez foi a existência de apoio popular antigo. Ver "From Bullets to Ballots: The Emergence of Popular Support for Hugo Chávez" D. Canache, *Latin American Politics and Society* 44, no. 1 (Primavera, 2002): 69-90.

4. Perdoa-se ao cínico sugerir que o termo "reforma peronista" é uma contradição. Contudo, reflete que na Argentina, aliás na América Latina em geral, não exis-

http://www.airpower.maxwell.af.mil/home.htm Contactar o Editor

tem liberais clássicos de verdade, i.e., partidos que defendem o mercado livre e possuem a chance de governar. Tais pontos de vista tendem a fazer parte de facções e personalidades importantes em partidos conservadores mais tradicionais.

5. Ver Alan M. Taylor, "Three phases of Argentine economic growth." *National Bureau of Economic Research Working Paper Series*, no. H0060 (outubro, 1994): 1-22.

6. "Under Kirchner, Argentina reversed many of the neoliberal policies of the 1990s and replaced them with a much more prominent role for the state in the Argentine economy. Following the underlying logic of Peronism, most of the Partido Justicialista politicians who had been fervent advocates of neoliberal policies under President Menem became fervent advocates of statist policies under President Kirchner", Mark P., Jones et al., "Government and Opposition in the Argentine Congress, 1989-2007: Understanding Inter-Party Dynamics through Roll Call Vote Analysis." *Journal of Politics in Latin America* 1, no. 1 (2009), 68.

7. De Pavia Abreu e Werneck, notar por exemplo: "But, somewhat surprisingly, the new government opted for policies that by and large represented a continuation of the orthodox economic policies of its predecessor." Marcelo De Paiva Abreu and Rogério L. F. Werneck, "The Brazilian economy from Cardoso to Lula: An interim view." Texto para Discussão no. 504, Departamento de Economia PUC-Rio (outubro 2005), 4.

8. As ocorrências no Brasil conformam com Kingstone e Young de que com o emprego de projeto estatístico de seção transversal em série periódica descobriram que, uma vez que reformas neo-liberais ocorrem, os governos, quer de esquerda ou direita, não importando os discursos de campanha, continuam a seguir a linha neoliberal. Isso sugere que, pelo menos em parte, regimes de aparência radical, ou optam ou são forçados, devido a várias restrições econômicas, domésticas e internacionais, a seguir pelo menos certo grau de moderação e, ao mesmo tempo, manter uma retórica acalorada, a fim de aplacar o núcleo de constituintes. Contudo, é difícil aplicar essa declaração à Argentina e Venezuela e alguns outros países. Peter Kingstone e Joseph Young, "Partisanship and Policy Choice: What's Left for the Left in Latin America?" *Political Research Quarterly* 62, (março 2009): 29-41.

9. "When Lula visited Havana in 2004, Castro wanted to hold a mass rally at the Plaza de la Revolución; instead, Castro got a 24-hour in-and-out visit from the Brazilian president, with almost no public exposure." J. Castañeda (2006): 28-43.

10. A experiência chilena também segue os argumentos de Kingstone e Young (ver nota 7).

11. Ver também Mitchell A. Seligson, "The Rise of Populism and the Left in Latin America." *Journal of Democracy* 18 (julho 2007), 81.

12. Excluem-se os países do Caribe (entre eles Belize e Guiana, frequentemente considerados nações caribenhas), com exceção de Cuba, devido a óbvios vínculos históricos com a América Latina.

13. Ver John C. Dugas, "The Emergence of Neopopulism in Colômbia? The Case of Álvaro Uribe" *Third World Quarterly* 24, no. 6 (dezembro 2003): 1117-1136. Dugas alega que, contrário à tese de que Álvaro Uribe é neopopulista, Uribe não se esforçou muito para cultivar o apoio político entre as massas. De acordo com Dugas, os comícios de Uribe consistem, geralmente, em ouvir as queixas dos cidadãos, e não pronunciar discursos eletrizantes.

14. Ver Carol Wise e Robert Pastor, "The Lost Sexenio: Vicente Fox and the New Politics of Economic Reform in Mexico." *Latin American Politics & Society* 47, no. 4 (Inverno 2005): 135-160.

15. Ver Enrique Krauze, "Furthering Democracy in Mexico." *Foreign Affairs* 85, no. 1 (jan/fev 2006): 54-65.

16. Isso não quer dizer que López Obrador era, de fato, outro Chávez, aguardando nos bastidores. Na verdade, López Obrador, ele mesmo, rejeitou os paralelos para com Chávez. Simplesmente sugerimos que as tentativas redistribucionistas e certa retórica do candidato, referentes à necessidade de democracia em massa, continha paralelos inquietantes para com a Venezuela.

17. Ver A. Manuel López Obrador, "The mob stole the presidency from us." Mexico: Grijalbo Mondadori, 1st edition (agosto 1, 2007).

18. Os resultados da eleição presidencial foram: PAN 35.89% de votos (15.000.284), PRD 35.31% (14.756.350) e o PRI 22.26% (9.301.441).

19. De acordo com a "Consulta Mitofsky", uma das agências de enquetes mexicanas mais influentes, em fevereiro de 2010, 40.5% das amostras diziam que "nunca votaria para o PRD na próxima eleição presidencial". O PRD atualmente possui 11% de apoio para o voto preferencial de Presidente.

20. Ver Kurt Gerhard Weyland, "The Politics of Corruption in Latin America," *Journal of Democracy* 9, no. 2, (abril 1998):108-121 e Jelke Boesten, "Free Choice or Poverty Alleviation? Population Politics in Peru under Alberto Fujimori," *European Review of Latin American and Caribbean Studies* 82, (abril 2007): 3-20.

21. A enquete de opinião pública mais recente tomada em fevereiro de 2010 pela agência peruana "Ipsos Apoyo Opinion y Mercado" coloca Luis Castañeda Lossio a 22% de votos, bem próximo a Keiko Fujimori (21%).

22. É claro, devemos colocar a ênfase de que como todos os estudos, existem estipulações referentes a erro estatístico. Dado o tamanho da amostra, a margem de erro no último estudo é de aproximadamente 3%.

23. Vale notar que a Argentina, que apenas iniciava a primeira fase de recuperação do colapso monetário de 2003, demonstrou o maior declínio e que a Venezuela,

dominada por Chávez e que com toda a constante barragem de propaganda contra os EUA e capitalismo global, resultou em 42 por cento de acordo com a declaração.

24. Ver o artigo de Alvaro Vargas Llosa "Latin America's Tilt to the Right?," *The Independent Institute,* commentary (janeiro 6, 2010).

25. O ex-Ministro de Defesa, Juan Manuel Santos, leal a Uribe é o que foi prognosticado inicialmente para ganhar a corrida presidencial na Colômbia, de acordo com enquete de Ipsos Napoleón Franco. O resultado foi que 23 por cento dos que responderam o questionário votariam para Santos nas eleições deste ano.

26. Ver Kerry Dumbaugh e Mark Sullivan, "China's Growing Interest in Latin America", *CRS Report for Congress,* Order Code: RS22119, April 20, 2005, The Library of Congress, United States of America.

27. Nossa perspectiva da influência chinesa emergente na América Latina é bastante benigna. Outros são muito menos otimistas. Ver, por exemplo, Stephen Johnson, "Balancing China's influence in Latin America" em *Backgrounder* (outubro 24, 2005), 3-4.

28. Ver Javier Santiso (ed.), "The Visible Hand of China in Latin America," Organization for Economic Cooperation and Development, *Development Center*, abril 4, 2007.

29. Stephen Johnson, "Balancing China's influence in Latin America", 4.

O Dr. Euel Elliott é Catedrático de Diretrizes Públicas e Economia Política. Reitor Assistente Sênior para a Escola de Ciências Econômicas, Política e Diretrizes da Universidade de Texas, em Dallas. Recebeu o Bacharelado em Economia e Ciências Políticas de *Virginia Tech* em 1973. Seus diplomas incluem Mestrado em Psicologia pela Universidade de Radford em 1976 e Mestrado em Ciências Políticas de *Virginia Tech* em 1982. Recebeu o Doutorado em Ciências Políticas da *Duke University* em 1987. O Dr. Elliott lecionou em *Virginia Tech*, Universidade de Oklahoma e Universidade de Georgia e faz parte da UT em Dallas, desde janeiro de1991. Seus interesses em pesquisa incluem as dinâmicas de formulações de diretrizes públicas, a relação entre a mudança tecnológica e a evolução de diretrizes e a utilização de sistemas adaptivos complexos que permitem compreender a mudança politico-econômica.

María Elena Labastida Tovar é palestrante em Economia na Universidade de Texas em Dallas, onde é pesquisadora assistente no *Center for Behavioral and Experimental Economic Science*. Recebeu o doutorado em Diretrizes Públicas e Economia Política da mesma universidade em 2009. Também é candidata para receber um doutorado interdisciplinar em Economia e Ciência Política da Universidade de Genebra. Seus estudos incluem Mestrado em Relações Internacionais pelo *Graduate Institute of International Studies* em 2002 e Mestrado em Estudos Europeus pelo *Geneva's European Institute* em 2004. Recebeu o Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Autônoma Nacional do México em 1998. Sua experiência inclui colaboração como assistente de pesquisa para o Embaixador do México em Marrocos em 2000 e para o Diretor de Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas no México, de 1998 a1999; de 1993 a 1998 foi a coordenadora internacional de mercado para o grupo *SGS*.

As opiniões expressas ou insinuadas nesta revista pertencem aos seus respectivos autores e não representam, necessariamente, as do Departamento de Defesa, da Força Aérea, da Universidade da Força Aérea ou de quaisquer outros órgãos ou departamentos do governo norte-americano.